



POR MONIQUE CANTO-SPERBER  
DIRECTORA DA ÉCOLE NORMALE SUPÉRIEURE DE PARIS

## CORRESPONDÊNCIA

# Cartas sobre o Socialismo Liberal

**Monique Canto-Sperber**, directora da prestigiadíssima École Normale Supérieure de Paris, desde 2005, é filósofa e autora de importantes obras sobre filosofia política, filosofia moral e ética. É reconhecidamente a maior especialista francesa contemporânea na filosofia grega antiga, e em especial do pensamento de Platão. É membro do Conseil Consultatif National d'Éthique e do Centre de Recherches Politiques Raymond Aron. Acaba de publicar *Le Libéralisme et la Gauche, Pluriel*, 2008, sendo ainda autora de *L'inquietude morale et la vie humaine*, PUF, 2001 e de *Le Socialisme Libéral - Une Anthologie*, Esprit, 2003. A série de cartas trocadas com Guilherme d'Oliveira Martins, que a Nova Cidadania começa a publicar, pretendem animar um debate transnacional sobre a renovação do pensamento político, prática hoje infelizmente pouco seguida, mas consagrada na Idade Média e no Renascimento europeus. Como o título geral indica trata-se de seguir as novas pistas sobre o "Socialismo Liberal", na linha do pensamento de Carlo Rosselli e de Norberto Bobbio, que, por exemplo, no Brasil tem sido acompanhada pelo filósofo Celso Lafer.

## Mais duas cartas sobre o estado, o mercado e a crise global

Paris, 12 de Janeiro de 2009

*Caro Guilherme:*

Agradeço-lhe a sua carta tão justa e profunda sobre as ambições de renovação do socialismo. Analisa muito bem os estrangimentos que podem conduzir o novo desenvolvimento do pensamento de esquerda.

Para completar a nossa correspondência, gostaria de abordar hoje brevemente duas questões bastante distintas uma da outra, que me parecem designar os dois pilares entre os quais pode situar-se o desenvolvimento do socialismo. Uma respeita aos valores, a outra à definição das orientações que seriam exigidas para dar sentido a um pensamento económico liberal de esquerda.

Um pensamento social liberal que possa ter uma força de convicção, semelhante à que vimos recentemente em acção na campanha de Barack Obama, deve integrar no pensamento a riqueza da vida humana (o bem comum, a força do mal, a violência, a espiritualidade, o saber, o humanismo).

As linhas de força que hoje fazem a clivagem, sobretudo entre os que aceitam o liberalismo económico, a integração europeia e a reforma da sociedade repercutem-se nas questões da democracia, da necessidade de um elo social e de normas comuns, do lugar reconhecido ao saber, à transmissão e à excelência. Algumas destas questões são a expressão renovada de questões mais antigas da filosofia política. Outras são decisivamente novas. Como regular uma sociedade individualista e democrática? Como dar um sentido mais concreto à ambição de igualdade preservando as suas derivas? Como ponderar os direitos? Limitá-los por considerações normativas ou naturais? Como conciliar a democratização do

ensino e o elitismo requerido pelo aperfeiçoamento de conhecimentos? As questões influenciam a partilha de opções que já evoquei e levam-nos ao estatuto das liberdades modernas. Nenhum movimento político credível pode hoje ignorar a importância política, e o efeito causal que as questões ligadas aos nossos valores, à riqueza da experiência humana e ao bem comum têm sobre a adesão dos cidadãos.

De todos os movimentos políticos, a esquerda é aquele que parece mais fortemente inspirado por valores. Os grandes discursos da história do socialismo são ligados à invocação de princípios de justiça, de igualdade e de fraternidade, que formam a espinha dorsal do pensamento socialista. Para além da tríade republicana, liberdade, igualdade e fraternidade, de que o socialismo se apropriou, a reflexão sobre os valores foi negligenciada à esquerda por duas razões principais: uma diz respeito ao facto de a menção dos valores poder poluir a clareza do discurso político, em particular a sua pretensão em deter o exclusivo do bem; a outra tem a ver com a presunção segundo a qual só os valores defendidos à esquerda deveriam ser todos facilmente deduzidos dos valores da justiça e da igualdade.

Na campanha presidencial francesa da Primavera de 2007, muitos comentadores sublinharam a referência repetida dessas realidades humanas que chamámos abusivamente "valores", no discurso político. É verdade que a direita não ousava falar do trabalho, da família ou da nação, com medo de que tal discurso fosse apreendido como reacçãoário, enquanto a esquerda não queria (ou não podia) falar, porque reconhecer a importância de realidades que estruturam a existência humana é admitir que uma forma de estrangimento pesa sobre o discurso político e limita o seu voluntarismo. No entanto, essas realidades têm um interesse e um sentido para os indivíduos, e é possível falar disso de um modo não dogmático nem autoritário. Considerar que a família e o trabalho têm importância, ensaiar a análise do efeito político dessa importância não constrange de modo algum, no sentido de decretar que a família e o trabalho são bons



e ainda menos que este ou aquele tipo de família ou trabalho devem ser adoptados. Não se trata aí do retorno à ordem moral, mas da vontade de formar o discurso político consciente do lugar que as realidades têm na vida da maior parte das pessoas. As críticas que consideram que a esquerda, sempre que fala dessas realidades, imita miseravelmente a direita e adúltera a sua própria natureza, denunciam o que foi o empobrecimento progressivo do discurso da esquerda.

Uma outra ideia, banida dos discursos da esquerda, respeita à autoridade. Nas sociedades individualistas e laicas, das quais todas as formas de transcendência desapareceram, a questão do fundamento da autoridade põe-se de um modo agudo. Entre uma autoridade que se quer impor sem razão e uma autoridade intimada a explicar-se a cada momento e por isso incapaz de se exercer, há um amplo espaço onde os critérios de uma autoridade legítima e eficaz estão por definir, em particular para as autoridades sem as quais não podemos passar e que é melhor que sejam justificadas, como por exemplo, a autoridade do Estado e a autoridade do saber. Daí a necessidade de integrar a reflexão sobre a autoridade legítima no seio do discurso político.

Por fim, deve referir-se que o interesse comum, ao qual os cidadãos possam aderir, é uma das tarefas mais difíceis da política. Vários procedimentos permitem chegar aí, aproveitando os recursos da deliberação colectiva. A participação dos cidadãos é uma condição forte, desde que não consista em justapor pontos de vista, mas permita construir uma linha de acção partilhada. O termo “debates participativos”, muito utilizado na referida campanha presidencial de 2007, traduzia a vontade de enraizar o bem comum na multiplicidade de perspectivas e de fundar a

legitimidade de uma decisão política no debate que a precede. É uma ideia susceptível de várias interpretações, umas tomam-na como calamitosa, outras como muito inventiva. Calamitosa, se repousar na crença de que só o facto de todas as pessoas poderem expressar-se é suficiente para seleccionar e legitimar a melhor decisão. Inventiva, se o debate participativo que precede a decisão for uma verdadeira deliberação onde, pela crítica mútua dos argumentos, se afirma um ponto de vista satisfatório para todas as partes. Deliberação colectiva, bem comum, interesse comum, esses são os temas centrais de reflexão política, que nenhum discurso credível pode pretender ignorar.

Queria agora percorrer o espectro interno das considerações políticas e ensaiar a definição do quadro que poderia ser o dos princípios de regulação do capitalismo numa política liberal de esquerda.

A possibilidade de haver uma economia de mercado livre ligada a normas sociais depende estreitamente da concretização de regulações internas e externas. O termo regulação pode tomar vários sentidos diferentes. É o caso das regras produzidas pela OMC que detalham as medidas tomadas para preservar a concorrência do comércio internacional. O termo regulação pode levar-nos às normas produzidas por uma instância para uma actividade considerada, cuja arquitectura supõe uma concepção implícita do que seria o funcionamento óptimo desta actividade. As normas produzidas pelo Conselho Superior do Audiovisual visam não só definir as regras gerais, mas também promover um modo de existência ideal do audiovisual. Transpostas para o mundo económico, as regulações deste tipo deveriam operar uma ordenação da actividade económica cujo objectivo, mais ou menos explícito,



gera um funcionamento livre e equitativo do mercado.

A justificação conceptual da noção de regulação vem do pensamento liberal. As liberdades económicas só podem ser exercidas sob condição de haver um mercado livre, onde exista uma verdadeira concorrência. O próprio facto de se reconhecer um valor intrínseco à liberdade de trocar — porque esta serve para melhorar a circulação de informações e para desalojar os falsos valores — impõe a salvaguarda da realidade da troca. Ser regulada é uma condição ordinária da economia.

O mercado deve ser, em primeiro lugar, moderado a partir do interior, pelas suas normas de funcionamento que têm inevitavelmente uma expressão social. Estas normas têm importância na manutenção das trocas, na recusa dos monopólios, na salvaguarda de uma circulação livre dos bens, exigindo-se que um grande número de actores possa participar nas trocas. A convicção que alimenta o ultraliberalismo é que se o mercado for deixado a si mesmo, essas normas acabariam por se impor depois de um longo período de hesitações e aproximações. Mostrei que nenhum liberal pode aceitar hoje este ponto de vista. Sabe-se que o mercado não é auto-regulador nessa acepção. Além disso, nenhuma sociedade, desejosa de dar um sentido concreto à solidariedade, pode aceitar esperar que as normas que visam regular o mercado se tornem explícitas e coercivas. Cabe ao poder público intervir para adoptar as normas e para as aplicar, reservando-se a função correctiva e antecipadora.

Podem, ainda, produzir-se situações excepcionais que o mercado não consiga tratar por si só. Por exemplo, uma situação sanitária grave cria a necessidade de acesso a um medicamento; um atentado coloca em grandes dificuldades as empresas cuja actividade é essencial para o desenvolvimento económico ou para o equilíbrio social de um país. Então, uma intervenção pública nos mercados é necessária. Em tais casos, esta intervenção é justificada pela ideia de que é o melhor meio de satisfazer necessidades prioritárias ou de impedir catástrofes económicas e sociais. O que justifica então a acção do Estado é a perspectiva de restabelecer, a curto prazo, o funcionamento mais regular do mercado. Ouvimos, por vezes, dizer que as evoluções recentes do capitalismo e a construção europeia privam os Estados dos seus instrumentos de acção tradicionais. É provavelmente verdade, se nos recordarmos de medidas como a instauração de barreiras aduaneiras ou a desvalorização da moeda. Neste sentido, é correcto sublinhar que a capacidade de regulação dos Estados foi parcialmente posta em causa pela mundialização e pela integração europeia. Mas os Estados conservaram uma real capacidade de fazer inflectir o funcionamento dos mercados, em caso de corrupção, de monopólios, de situações abusivas. As formas de intervenção pública deixaram de ser exclusivamente nacionais, e passaram também a ser europeias e mundiais.

A intervenção reguladora do poder público no quadro nacional manifesta-se pela lenta caminhada contra a corrupção. Um mercado financeiro não pode funcionar sem uma informação financeira inatacável. Inúmeros negócios abalaram recentemente a economia mundial. Podemos constatar a capacidade de reacção do Estado federal norte-americano que rapidamente promulgou, há alguns anos, uma lei e vários regulamentos relativos aos mercados financeiros. A França é mais lenta a instaurar normas estritas e um controlo rigoroso (rotatividade de auditores externos das empresas, separação das actividades

de auditoria e de conselho, independência dos administradores, relatórios periódicos fiáveis). Um ponto de vista liberal reconhece uma total legitimidade à luta contra a corrupção, defendendo medidas adequadas com sanções dissuasórias pois a corrupção põe em causa a sobrevivência da economia de mercado e da própria concorrência.

As regulações concretizam-se ainda pela luta contra os monopólios. A política activa levada a cabo nesse sentido pela Direcção de Concorrência em Bruxelas justifica as suas intervenções pela necessidade de preservar a liberdade do mercado e os interesses dos consumidores por referência aos abusos que podem induzir a constituição de monopólios. Ainda aí, a justificação é directamente retirada do liberalismo. Enfim, a regulação pública deve manifestar-se pela exigência de pôr em prática, no funcionamento dos conselhos de administração, de meios de controlo e de vigilância capazes de evitar as políticas de desenvolvimento totalmente aventureiras.

Um ponto de vista liberal considera que é necessário ter em conta as exterioridades positivas e negativas que a actividade económica produz, bem como os efeitos que, criados pela actividade económica, comprometem o gozo por outrem dos meios de existência ou o bem-estar da sociedade. A poluição produzida por uma empresa de que são vítimas as pessoas que habitam na vizinhança, os prejuízos causados no meio ambiente que é um bem comum, incluindo aí as consequências para as gerações futuras, devem ser estritamente reprimidas e dar lugar a indemnizações. A necessidade de preservar os bens públicos contra os atentados ao mercado decorre daí directamente.

A aplicação da regulação é necessária à manutenção da actividade económica; ainda por cima, é, mais do que nunca, necessária para enquadrar o poder autónomo hoje adquirido pela finança. A característica decisiva do liberalismo social não é o “laissez-faire” ou a permissibilidade, mas uma relação de troca, a definição colectiva de um exercício das liberdades que assegurem a sua salvaguarda a longo prazo, do mesmo modo que uma repartição equitativa dos meios de acção. Reconhece-se que para remediar as “falhas de mercado”, um modo de

*Considerar que a família e o trabalho têm importância, ensaiar a análise do efeito político dessa importância não constrange de modo algum, no sentido de decretar que a família e o trabalho são bons e ainda menos que este ou aquele tipo de família ou trabalho devem ser adoptados. Não se trata aí do retorno à ordem moral, mas da vontade de formar o discurso político consciente do lugar que as realidades têm na vida da maior parte das pessoas.*

*Um ponto de vista liberal reconhece uma total legitimidade à luta contra a corrupção, defendendo medidas adequadas com sanções dissuasórias pois a corrupção põe em causa a sobrevivência da economia de mercado e da própria concorrência.*

intervenção é exigido — a fim de quebrar os monopólios, de controlar os “efeitos externos”, negativos e positivos, que se produzem no mercado, como, por exemplo, as emissões poluentes de uma empresa. Reconhecer as necessidades de regras que formalizem as intervenções nos mercados de poderes “externos” ao mercado não implica, de modo algum, o deixar de ser liberal.

A noção de imanência das regras é importante para os liberais, no sentido estrito em que essas regras são concebidas como decorrendo das actividades económicas, sendo definidas de tal forma que as suas condições de pertinência e de justificação sejam estritamente dependentes dessas actividades. Esta exigência exclui, seguramente, o que se chama economia planificada ou administrada, que a submete a regras pouco ligadas aos meios ou finalidades da actividade económica. Mas ela pode ser compatível com as regulações impostas por um poder político, nacional ou internacional, ou com a consideração de urgências nacionais. O critério que aqui faz clivagem não é o de saber se estas regras são formuladas por actores do mercado ou por pessoas ou instâncias exteriores ao mercado. (por exemplo, uma autoridade de regulação ou o Estado). Também não tem a ver com o facto de o mercado poder impor regras a si próprio ou, ao contrário, destas regras só serem impostas ao exterior. Da mesma forma que não se refere também ao facto destas regras provirem dos indivíduos (por exemplo, os proprietários ou o conjunto de accionistas) ou de um colectivo (a solidariedade social, o interesse geral). Em contrapartida, o que faz clivagem é saber qual o conteúdo dessas regulações. Por um lado é necessário que estas sejam compatíveis com o funcionamento da actividade económica (as suas incitações, o seu modo de desenvolvimento, as suas finalidades). Por outro lado, devem visar a preservação do bom funcionamento e garantir que as pessoas possam efectivamente participar, tendo meios, por exemplo, para fazer valer as suas preferências.

Regras iminentes não significam regras orientadas para as preferências ou para os benefícios de cooperação actuais. Numa economia complexa, no fim de contas, nada impede que a função de expressão das regras seja delegada numa forma de exterioridade. É verdade que os mercados têm dificuldades em referir-se a outra coisa que não sejam a eles próprios. É verdade ainda que a instabilidade dos interesses compromete a existência de ordens ou de regras privadas. Mas a emergência de regras, a partir de interesses e de actividades, é possível que lhe confira uma forma de exterioridade. Falar-se-á, então, de emergência “mediatizada” sob a forma de regras impessoais, fora das pre-

ferências e das situações actuais. O modelo do tribunal ou do juiz é neste aspecto restritivo. O tribunal está desalinhado e é, de certa forma, exterior, mas as regras de direito emanam dos actores, vêm deles, codificam e antecipam as suas conexões. É esta instituição que as ideias liberais já expostas desenvolvem.

É difícil saber de onde vêm as informações e os conhecimentos que dão o seu conteúdo às regulações. O ultraliberalismo que defende a auto-regulação espontânea dos mercados marca seguramente um ponto quando sublinha a impossibilidade de saber o que convém ao mercado fora do mercado, sem passar pelo mercado. O recurso a uma forma de exterioridade como instância de regulação obriga a perguntar de onde vêm as informações que permitem a este factor exterior configurar as regras que convém ao mercado. Uma via restritiva é considerar que se o conhecimento vem dos mercados, pode ser utilizado como modo de reflexão e base de mediações. Antes de mais, mediações epistemológicas, se assim pode dizer-se. As regras podem também ser formuladas a partir da experiência adquirida, a partir de induções e de um conhecimento geral, respeitantes às condições de manutenção dos mercados. A seguir, temos as mediações de representação. Os representantes das diferentes profissões implicadas na produção (accionistas, empregados, dirigentes) podem assegurar uma mediação que decante os interesses e permita aceder a regras gerais. As deontologias profissionais dão uma ideia deste tipo de “mediações”. Estas permitem formular regras que emanam directamente das actividades e dos interesses em jogo, mas que se tornam impessoais, parcialmente desligadas de força imediata dos interesses.

O liberalismo económico não é assim de todo hostil à ideia de regras aplicadas ao mercado, mesmo que enunciadas a partir de uma forma de exterioridade do mercado. O que exclui, em contrapartida, é que estas regras obedeçam a outros princípios ou finalidades, diferentes dos que convêm às actividades económicas. Uma tal concepção das regulações decorre talvez de um liberalismo pessimista, que acerta que o capitalismo não pode auto-regular-se de modo imediato e emprega modos de regulação que imitam o que seria uma tal auto-regulação.

O futuro do capitalismo depende em parte dos recursos de que beneficiará para evitar dois defeitos maiores. O primeiro respeita à sua instabilidade. A decisão de financiar sistematicamente as empresas com recurso aos mercados financeiros é arriscada, uma vez que a avaliação dos mercados é sempre instável e faz a economia real correr frequentemente riscos de ser desestabilizada. Torna-se também difícil adquirir uma visão de conjunto do valor das empresas. O curso das acções é por vezes artificialmente empolado para subir o curso das “stock options”. Ainda por cima, a regra dos 18% de retorno por cada accionista, que se formou num contexto económico particular, é excessiva e parece, na opinião de todos, não razoável como norma de funcionamento da economia. As ameaças que pesam sobre o capitalismo contemporâneo são portanto reais. São ameaças de crise sistémica, de abrandamento do crescimento, de deflação, provocadas pela crise financeira e pela corrida à liquidez. O outro defeito decorre da fraca participação do trabalho e dos benefícios dos assalariados na partilha dos resultados. Na medida em que a actividade económica é uma realidade social, cujas condições de exercício são sociais, é necessário considerar a diversidade de interesses e



de pontos de vista implicados. É também desejável associar os assalariados a uma forma de accionariado de empresa e à exploração de novas fontes de crescimento que a economia europeia e a mundialização tornam possíveis.

Semelhante concepção de economia regulada a partir do seu interior, não é estranha ao pensamento liberal, situando-se entre duas referências. A primeira é a de uma economia na qual o Estado intervém directamente. A segunda é a de que uma sociedade totalmente formada à imagem da economia, onde tudo se tornou mercado. Tem-se tendência a concordar hoje com a aceitação da economia de mercado e com a recusa de uma “sociedade de mercado”. Esta expressão leva-nos ao que é designado como nova idade do capitalismo, consistindo em transformar toda a realidade em mercadoria. A actividade humana seria então subordinada apenas a critérios de acumulação, de lucro máximo, de primado do financeiro, com o risco de ter uma homogeneidade de todas as actividades, de artificialização da vida económica pela procura induzida de bens e pela criação de um mercado de massa uniforme e sem consciência, onde os indivíduos seriam transformados em consumidores miméticos.

O pensamento liberal reprova uma tal evolução. Por isso, defende a diferenciação de actividades humanas e a manutenção de esferas distintas de bens, nas quais vê a condição de preservação da pluralidade social. O pluralismo real das actividades deve impedir que o valor mercantil atinja tudo. Bens como a educação, a saúde, a diversidade cultural, são condição que permite aos indivíduos participar no mercado. Quando as pessoas são privadas destes bens à partida, o mercado exer-

cerá pelo seu lado uma real dominação. É, por isso essencial que esses bens escapem ao sector mercantil. Além de que o liberalismo defende a constituição de um espaço crítico dos consumidores.

No entanto, tomada no seu sentido estritamente literal, a expressão “sociedade de mercado” nada tem de chocante. Traduz os elos estreitos que existem entre o mercado e a sociedade. Com efeito, querer distinguir a sociedade do mercado, é fazer do mercado uma ordem totalmente independente da esfera social e concebê-lo como refractário às preocupações sociais. Um dos primeiros benefícios do mercado é o de uma sociedade aberta, uma “sociedade de mercado”, que todos os liberais consideram nos seus votos. Por fim, a própria ideia de uma sociedade de mercado pode ter aspectos positivos. Com efeito, nada impede, apesar da vontade de manter a distinção das esferas, de utilizar no âmbito dos bens que não são mercadoria, instrumentos que provaram o seu valor no campo mercantil. Em particular, é necessário também poder avaliar, como permitiria o mercado, a acção dos organismos que permitam o acesso aos bens não mercantis — o sistema educativo ou o sistema de saúde — a fim de pôr à prova a sua eficácia. Não deve haver tabus quanto ao facto de se empregar recursos do mercado, salvaguardando-se dos seus abusos. O mercado revela-se como eficaz para discutir o valor dos bens e para distinguir as falsas pretensões. É um recurso de avaliação crítica. A consciência dos seus defeitos não deve fazer ignorar as suas virtudes.

Eis, caro Guilherme, porque espero que estas reflexões possam alimentar o nosso debate, tão importante a meu ver. ●

**Monique**